

Cam
S
A

MAPAS DE GESTÃO

BALANÇO 2022			
Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	143 814,48	157 213,59
Ativos fixos intangíveis		29 070,46	
Investimentos financeiros	6	3 534,25	2 637,66
<i>Subtotal</i>		176 419,19	159 851,25
Ativo corrente			
Créditos a receber	17	6 031,66	7 214,25
Estado e outros entes públicos	8	2 284,76	667,11
Diferimentos	18	2 283,89	2 331,99
Outros ativos correntes		543,72	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	174 253,19	106 253,46
<i>Subtotal</i>		185 397,22	116 469,81
Total do ativo		361 816,41	276 318,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		219 121,99	219 121,99
Resultados transitados		-35 065,06	-32 552,07
Excedentes de revalorização		2 914,83	2 914,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	19	63 208,67	21 823,01
<i>Subtotal</i>		250 180,43	211 307,76
Resultado líquido do exercício	19	36 198,54	-2 512,99
Total Fundos Patrimoniais		286 378,97	208 794,77
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	5 631,56	4 898,68
Estado e outros entes públicos	8	10 109,70	2 413,18
Outros passivos correntes	10	59 696,18	60 211,43
<i>Subtotal</i>		75 437,44	67 523,29
Total do Passivo		75 437,44	67 523,29
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		361 816,41	276 318,06

A Contabilista Certificada:

Vanda Oliveira

A Direção:

201809419

2699

Marta Miranda

Teresa Maria Fato Fato do Suro

Instituição Particular de Solidariedade Social

Rua Rainha Dona Leonor nº 16 2530-922 Lourinhã Telf: 261 423 087

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2022			
Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e Serviços Prestados	13	56 365,77	37 659,89
Subsídios, doações e legados à exploração	14	503 912,13	484 206,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	- 28 212,45	- 13 440,79
Fornecimentos e serviços externos	11	- 60 650,02	- 48 032,62
Gastos com o pessoal	12	- 420 458,11	- 453 137,79
Outros rendimentos	15	35 199,40	4 941,39
Outros gastos	16	- 20 925,08	- 227,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65 231,64	11 969,08
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-29 033,33	-14 482,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 198,31	- 2 513,45
Juros e rendimentos similares obtidos		0,23	0,46
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		36 198,54	- 2 512,99
Impostos sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		36 198,54	- 2 512,99

A Contabilista Certificada:

Vanda Oliveira

A Direção:

[Handwritten signatures]
Márcia Miranda
Teresa Maria Faria Alves de Sousa
1-1-2022

201809419

2699



**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

As notas que se seguem constituem uma compilação das divulgações exigidas nos diversos capítulos que integram as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo. As notas não mencionadas não se aplicam à entidade ou respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras em anexo.

1. Identificação da Entidade

A “ADAPECIL” é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 152 de 8 de agosto de 2007, Série II, com sede na Rua Rainha D. Leonor Urbanização da Cegonha, Lote 17.

Tem como atividade:

- a) Prevenção de deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;
- b) Informação e sensibilização junto da população para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;
- c) Detecção atempada de perturbações no desenvolvimento da personalidade das crianças através de uma estreita colaboração com infra-estruturas nas áreas da saúde, escolares, de apoio à infância entre outras. Tem uma intervenção imediata no sentido de alcançar uma solução prestando acompanhamento e apoio às crianças e respetivas famílias;
- d) Promove o desenvolvimento de capacidades entre as camadas mais jovens e adultos com deficiências ou com graves problemas ao nível da inserção social, visando a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, bem como o exercício pleno dos direitos de cidadania e a normal realização das suas personalidades;
- e) Desenvolve atividades de apoio a pessoas com graves problemas a nível de autonomia, visando o seu bem-estar e a salvaguarda dos padrões razoáveis de qualidade de vida; e
- f) Combate o preconceito e a atitude de incompreensão ou geradora de situações de marginalização e/ou exclusão social que, eventualmente, se coloquem à pessoa portadora de deficiência, compreendendo as suas causas e adotando medidas adequadas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeira de 2022 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Deferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, tendo a entidade adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Como já referido, ainda que a entidade tenha adotado o SNC-ESNL pela primeira vez em 2012, as Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

O Rédito reconhecido está isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

O Rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

(b) Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O €uro é a moeda funcional e de relato. A entidade, no período de relato em causa, apenas efetuou operações ocorridas em €uros.

(c) Custo de Empréstimo Obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimos.

(d) Subsídios públicos

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associados;
- Os subsídios serão recebidos.

A Entidade beneficiou ainda da Compensação do RMMG, um apoio concedido pelo IAPMEI com o objetivo de compensar o aumento do salário mínimo.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos deferidos.

(e) benefícios dos Empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à retoma dos trabalhadores.

(f) Imposto sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2019 a 2022 poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas Direção da Entidade acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

(g) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e Outaras Construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	8 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 a 8 anos
Equipamento Administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(h) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis

Para os terrenos e edifícios integrantes dos ativos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade.

(i) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

(j) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias a rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de Crédito a receber e outros ativos, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimentos das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

(k) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(l) Investimentos Financeiros ativos

O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

3.3 Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção da Instituição situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Direção teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam, os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.

4. Fluxo de Caixa:

A demonstração de Fluxos de Caixa encontra-se desagregada da seguinte forma:

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
Caixa	718	407
Depósitos à ordem	172.643	104.955
Outros depósitos bancários	892	892
Total	174.253	106.254

As disponibilidades em 2022 aumentaram cerca de 64%, face ao período anterior.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2022, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro na página seguinte:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2022

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	304.183		304.183
Equipamento Básico	24.294		24.294
Equipamento de Transporte	91.826		91.826
Equipamento Administrativo	2.970	1.101	4.071
Outros Ativos tangíveis	7.239		7.239
Total	452.072	1.101	453.173

Depreciações acumulados	Saldo Inicial	Depreciações	Saldo Final
Edifícios e outras Construções	157.201	5.971	163.172
Equipamento Básico	23.405	428	23.833
Equipamento de Transporte	84.395	7.432	91.827
Equipamento Administrativo	22.793	669	23.462
Outros Ativos tangíveis	7.064	-	7.064
Total	294.858	14.500	309.358

Valor Líquido 143.815 157.214

6. Ativos Fixos Intangíveis

A rubrica não tem saldo inicial e a aquisição correspondente a projetos no âmbito da candidatura ao PRR aprovada no corrente ano e referente à requalificação do espaço. A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2022, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:

Movimentos nos ativos fixos intangíveis - 2022

Ativos Fixos Intangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Projetos de Desenvolvimento	-	43.604	43.604
Total	-	43.604	43.604

Depreciações acumulados	Depreciações		Saldo Final
Projetos de Desenvolvimento	-	14.533	14.533
Total	-	14.533	14.533
Valor Líquido	29.071		

7 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Respeita às compras efetuadas para o bar e refeições, no montante de 28.212,45€.

8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava-se da seguinte forma:

	(em euros)	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo		
Restituição de iva	2.285	667
	<u>2.285</u>	<u>667</u>
Passivo		
Imposto sobre rend pessoas Singulares IRS	2.177	1.275
Retenções a terceiros	2	
FCT	153	160
Penhora de Vencimento	6	978
Segurança Social	<u>7.771</u>	<u>978</u>
	10.109	2.413

Verifica-se uma diferença significativa no total do passivo, devido ao valor em dívida à segurança social no final do ano 2021 não corresponder ao valor do mês de dezembro a liquidar em janeiro do ano seguinte, em virtude de ter havido uma duplicação do pagamento correspondente ao mês de outubro de 2021, contribuindo para que o saldo no final do ano fosse reduzido.

9. Fornecedores

O saldo da rubrica Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores c/c	(em euros)	
	2022	2021
	5.632	4.898
Total	5.632	4.898

Os montantes acima evidenciados decorrem no normal funcionamento da Instituição, nomeadamente a aplicação de pagamentos a 30 dias, pelo que foram os mesmos regularizados em janeiro de 2023.

10 Outros passivos correntes

A rubrica outros passivos teve a seguinte repartição em 2022:

Outras Contas a pagar	(em euros)	
	2022	2021
	59.696	60.211
Total	59.696	60.211

São consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e respetivos encargos com a segurança social em 2023, nomeadamente férias e subsídio de férias correspondente ao período de trabalho do ano 2022. Contrariamente ao expetável a rubrica teve um ligeiro decréscimo, resultante da existência de baixas médicas de funcionária com remuneração relevante durante todo o ano 2022.

11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

FSE	(em euros)	
	2022	2021
Serviços Especializados	15.639	14.260
Materiais	10.066	7.135
Energia e Flúidos	17.920	12.191
Deslocações e Estadas	1.716	1.131
Serviços Diversos	15.309	13.316
Total	60.650	48.033

O aumento significativo da taxa de inflação, está bem refletido nesta rubrica, nomeadamente no aumento dos gastos com Materiais e Energia e Fluidos, com aumentos respetivamente de 41% e 47%.

Na rubrica Energia e Fluidos os montantes mais avultados são os correspondentes a combustíveis no valor de 9.552€, acrescentando 3.945€ ao valor gasto no ano transato. 5.607€, e eletricidade no valor de 5.226€.

Na rubrica Serviços Diversos estão incluídos:

- Contrato com a Grenke no valor de 2.232€
- Despesas com telecomunicações e CTT no valor de 2.303€
- Seguros no valor de 3.280€
- Limpeza, higiene e conforto no valor de 7.449€, com um acréscimo de cerca de 2.000€ comparativamente com o ano transato.

12 Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
Remunerações ao pessoal	342.612	370.667
Encargos s/ remunerações	70.667	76.817
Seguros Ac Trabalho	6.768	4.948
Outros Gastos c/ o pessoal	411	706
Total	420.458	453.138

A redução desta rubrica corresponde ao decréscimo remuneratório decorrente de baixas médicas apresentadas por funcionária com remuneração relevante na Instituição, a Instituição não teve custo com a funcionária em questão durante todo o ano de 2022. Esta situação também está justificada na nota 10, por ser a rubrica de correspondência contabilística.

13 Réditos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Prestação de Serviços	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
Utentes	49.839	30.602
Pirilampos Mágicos	4.916	5.209
Bar	1.030	442
CAO	480	75
Educacional	101	1.302
Outros - diversos	0	30
Total	56.366	37.660

Em 2022 com a normalização do funcionamento da Instituição e a atualização das mensalidades as receitas tiveram um acréscimo de cerca de 49% comparativamente com a no transato.

14 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2022 e 2021 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios e Doações	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
ISS, IP	340.848	325.930
DREL	120.764	108.638
Autarquias	15.000	15.000
Segurança Social	0	1.144
IAPMEI – apoio PME	1.288	845
ATA Consignação de IRS	7.620	7.019
ATA - IVA	687	549
Layoff	0	14.645
Donativos	16.516	10.237
Donativos em espécie	1.189	200
	503.912	484.206

Constata-se um aumento da receita proveniente dos acordos com a Segurança social e DREL. Verifica-se também um aumento da colaboração do “tecido” empresarial do concelho para com a Instituição, refletido através do aumento dos donativos.

15 Outros rendimentos e ganhos

Rendimentos	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
Quotas	1.130	
Imputação subs. Invs	8.874	1.374
Protocolo entidades externas- ASU	19.284	
Outros	5.911	3.567
Total	35.199	4.941

O acréscimo verificado na rubrica Imputação de Subsídios Investimento, é referente ao apoio extraordinário concedido ao projeto de requalificação das Instalações CACI pela CML, tendo sido no corrente ano imputado, 1/3 do total do apoio, na proporção das depreciações teve um acréscimo. O remanescente encontra-se registado na conta 59 Outras variações nos fundos patrimoniais

Foi criada uma nova rubrica designada por “protocolo entidades externas – ASU”, na qual está registado o valor entregue pelas entidades externas que acolhem clientes da Instituição, cuja finalidade é a inclusão no mercado de trabalho. Por sua vez, a Instituição entrega os valores recebidos aos clientes integrados nas entidades externas. Esta rubrica tem correspondência para efeito de registo do custo, com a rubrica com o mesmo nome integrada na conta Outros Gastos e Perdas.

Na rubrica outros estão considerados indemnizações e estornos de seguro, compensação por incumprimento de contrato, correções referentes ao período anterior e recebimentos provenientes de processos judiciais externos e alheios.

16. Outros gastos e perdas

Gastos	<i>(em euros)</i>	
	2022	2021
Protocolo entidades externas- ASU	20.369	
Outros	556	
Total	20.925	

A Rubrica “protocolo entidades externas – ASU” reflete os montantes entregues aos clientes que se encontram integrados nas atividades laborais das entidades externas. A rubrica tem correspondência para efeito de registo do rendimento, com a rubrica com o mesmo nome integrada na conta Outros Rendimentos e Ganhos.

Na rubrica “outros”, o valor registado corresponde a correções do ano anterior.

17. Créditos a receber:

Os Créditos a receber, a 31 dezembro de 2022 repartiam-se da seguinte forma:

	<u>2022</u>	(em euros) <u>2021</u>
Cientes c/c	6.032	7.214
	<u>6.032</u>	<u>7.214</u>

O endividamento por parte dos clientes reduziu em cerca de 16%.

18. Diferimentos

A rubrica de diferimentos, nos exercícios de 2022 e 2021 tinha o seguinte desdobramento:

	<u>2022</u>	(em euros) <u>2021</u>
Ativo		
Seguros	2.284	2.332
	<u>2.284</u>	<u>2.332</u>

Estão consideradas nesta rubrica os seguros a liquidar em 2023 e que respeitam ao corrente ano.

19. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	<u>2022</u>	(em euros) <u>2021</u>
Fundos	219.121	219.122
Resultados Transitados	(35.065)	(32.552)
Excedentes de revalorização	2.915	2.915
Outras var. nos fundos patrimoniais	63.209	21.823
	<u>250.180</u>	<u>211.307</u>
Resultados Líquido do exercício	36.199	(2.513)
	<u>36.199</u>	<u>(2.513)</u>

Em 2022, a Adapecil apresentou uma recuperação económica significativa quando comparada com o ano transato, como se verifica pelo resultado líquido do exercício.

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento e Introdução

No decurso do exercício de 2022, a Adapecil pautou por dar continuidade à boa prossecução dos objetivos traçados nos seus estatutos e desenvolveu ainda esforços no sentido de ultrapassar o impacto da inflação nos custos de funcionamento da Instituição.

2. Atividade Desenvolvida

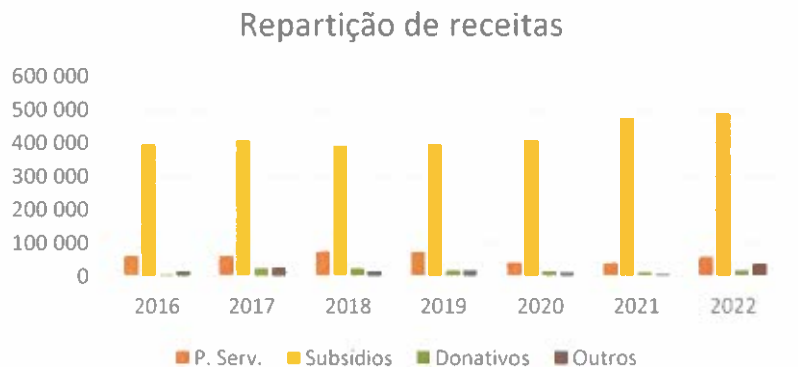
Durante o exercício de 2022, a Instituição retomou a dinâmicas como a venda de pirilampos e artesanato, participação em eventos e feiras, sempre no intuito de promover a Instituição e sensibilizar a comunidade para a importância das respostas sociais da Instituição e o quanto são necessárias no concelho.

A participação e apoio da população foi notória, o que se refletiu financeiramente quando comparados com o ano transato, os valores das rubricas “donativos” e “outros” estando contabilizados nesta última os diversos eventos realizados ao longo do ano.

Verificou-se um aumento nos subsídios, devido ao reforço de apoio extraordinário efetuado pela Segurança Social às IPSS’s e parte do apoio recebido pela CML para o projeto de requalificação das instalações de CACI.

O gráfico que se segue reflete a distribuição das receitas obtidas pela Instituição no exercício de 2022, comparando-as com anos anteriores, nomeadamente:

	Em euros						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
P. Serv.	59 544	59 321	73 140	71 959	40 946	37 660	56 366
Subsídios	395 720	408 046	390 388	395 104	407 508	473 770	486 207
Donativos	6 449	22 704	22 726	15 006	14 240	10 437	17 705
Outros	12 768	24 705	14 285	16 570	10 939	4 941	35 200



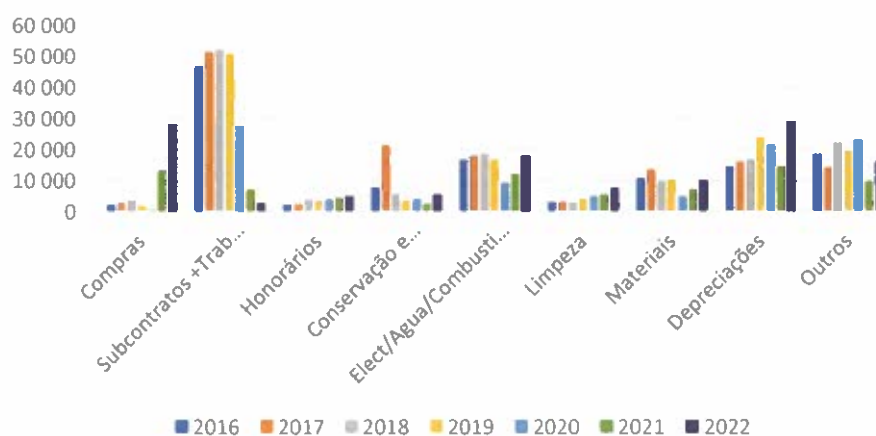
No que respeita aos gastos do exercício, os mesmos ascenderam aos 559.278,99€, o que se traduz num aumento de 5,6% referente ao período homólogo. Importa referir que 75% 86% destes gastos correspondem a Gastos com Pessoal, nomeadamente 420.458,11. De realçar que no ano transato, os custos com o pessoal representavam 86% do total dos gastos. A redução deste ano deve-se ao facto de ter havido baixas médicas de longa duração de funcionária com vencimento relevante.

Nos gastos do exercício destacam-se:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Compras	2 119	2 687	3 675	1 806	665	13 441	28 212
Subcontratos +Trab Esp	46 658	51 447	52 294	50 675	27 698	7 119	2 646
Honorários	2 276	2 276	3 936	3 444	4 022	4 422	4 982
Conservação e Reparação	7 656	21 322	5 908	3 455	3 966	2 382	5 596
Elect/Agua/Combustíveis	16 849	17 894	18 762	16 789	9 257	12 191	17 920
Limpeza	3 124	3 136	2 775	4 025	4 930	5 457	7 449
Materiais	10 755	13 412	9 730	10 088	4 864	7 135	10 065
Depreciações	14 477	16 040	16 678	23 797	21 680	14 483	29 033
Outros	18 604	14 216	22 039	19 276	22 936	9 554	16 220

Em euros

Repartição de gastos



3. Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício foi de 36.198,54€ positivos em que a Direção propõe que o mesmo seja transferido para resultados transitados.

4. Factos ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

5. Considerações

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência. Em particular aos Utentes, fornecedores e Credores, porque a eles se deve grande parte do nosso crescimento e desenvolvimento.

Aos nosso Colaboradores, que perante as adversidades foram incansáveis, pelo que agradecemos o seu empenho e profissionalismo, fatores fundamentais para a crescimento contínuo e sustentado da nossa Instituição no presente e futuro.

Apresentam-se, junto, as demonstrações financeiras relativas ao exercício económico findo.

Lourinhã, 28 de março de 2023.

A Direção

Roberto José
M. D. C. B.
Margarita Quinares de
Teresa Paula Fernandes

Vanda Oliveira

